

Parecer Técnico nº 1335/21

Belo Horizonte, 08 de outubro de 2021.

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo do certificado de autorização – CA nº 0823/16, referente a intervenção em APP.

Processo nº: 01-135262/16-86.

Requerente: SUDECAP.

Empreendimento: URPV Edgar Torres.

Cadastro SMMA nº: 05489/20

Introdução

Em atendimento ao ofício GELUA-SD/ GELIN-SMMA nº 084/2020, referente a solicitação de prorrogação de prazo do Certificado de Autorização – CA nº 0823/16 do empreendimento URPV Edgar Torres (Plano de Obras: 0227-VN1-S-INF-11), foi feita análise para avaliação da viabilidade de prorrogação de prazo do certificado de autorização para intervenção em APP próximo as Ruas Edgar Torres com a Avenida Coronel Manoel Assunção, bairro: São Pedro, Regional: Venda Nova, Belo Horizonte – MG, onde a **Figura 01** retrata a situação do local em 2020.



Figura 1: Localização do terreno solicitado para intervenção destacado por um retângulo vermelho e situação em março de 2020 (Fonte: BHMMap/ Esri, Maxar, GeoEye, Earthstar Geographics, CNES / Airbus DS, USDA, USGS, AeroGRID, IGN e GIS User Community).

Ressaltando que, conforme Decreto nº 17.298, de 17 de março de 2020 que instituiu regime de teletrabalho, alterado pelo decreto 17.329 de 08 de abril de 2020, este parecer trata-se apenas de análise documental, utilizando de tecnologias de informação e comunicação.

Contexto histórico da Análise

À época da concessão do Certificado de Autorização – CA nº 0823/16, a área solicitada para implantação da URPV (Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes) estava inserida em Zona de Adensamento Restrito 2 (segundo a Lei 7.166/96) e dentro de APP hídrica (**Figuras 2 e 3**).

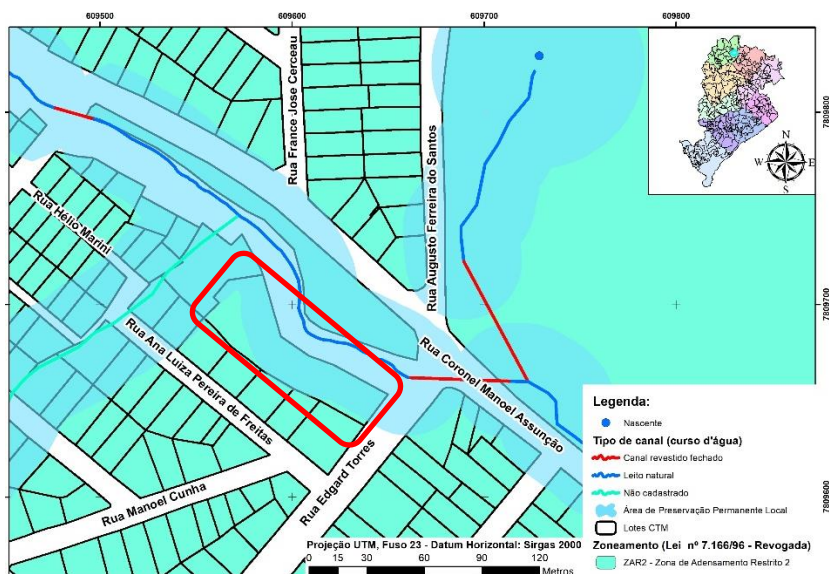


Figura 2: Localização da área (Realçada por um retângulo vermelho) e situação do zoneamento a Luz da lei nº 7.166/96. (Fonte: BHMMap).



Figura 03: Imagem orbital com delimitação da área de intervenção, onde solicitou-se inicialmente as diretrizes ambientais através do ofício GELA/SMMA 110/15, sendo a área destacada por um retângulo vermelho.

A **Figura 4** destaca o local da autorização da intervenção e a situação observada no local



no dia da vistoria “*in loco*” efetuada para elaboração do parecer técnico 2549/16 - GELIN/SMMA, indicando a presença de três nascentes não cadastradas na base dados da Prefeitura de Belo Horizonte (**Figura 4d a 4f**), o curso d’água com existência de arrimo e sistema de drenagem desativado. O PT 2549/16 considerou a área analisada com APP a luz da lei federal 12.651/12 e modificações efetuada pela lei federal 12.727/12, replicando considerações do parecer técnico 1523/15 GELIN/SMMA (relatório fotográfico **Figura 5**), considerando:

- Toda a área como APP de curso d’água e nascente;
- Existência de pontos no leito do córrego com deposição irregular de resíduos e entulhos, indicando hábito de lançamento local de resíduos/ entulhos, agravado pela existência do lado oposto da área analisada, em terreno partículas, uma unidade de recebimento provisório de resíduos com grande volume de resíduos;
- A vegetação arbórea era composta principalmente por Leucenas, constando a existência de bambuzal, mangueiras, mamona, bananeiras e outros arbustos e vegetação rasteira, caracterizada por gramíneas (Braquiária e colônio);
- Foi observada a presença de instalação de gabião em parte do córrego, mantendo a vegetação circundando os pontos deste tratamento, sendo observado a existência de quadra de esporte impermeabilizada dentro da APP.

Nas análises dos PTs 1523/15 e 2549/16 até o relato apresentado pela Conselheira do COMAM para a reunião do conselho realizada em 26/10/2016, entendeu-se que inicialmente foi apresentado um projeto de ocupação com área de 1.826,61m², em que constava uma área de manobra de caminhões, pátio de descarga de veículos, 04 boxes de alvenaria, locais para acondicionamento de caçambas, rampa de acesso, tronco de vacinação e escritório. Do ponto de vista ambiental, a proposta inicial apresentaria diversos impactos negativos, sobretudo nos recursos hídricos em função da impermeabilização e da supressão significativa de vegetação na APP.

Foi observado no PT 2549/16 que o anteprojeto de arquitetura da Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes (URPV) teria impacto direto entre 20 a 25 metros, a depender do trecho, sobre a faixa de 30 metros da APP do curso d’água, sendo que após a constatação das nascentes a faixa de APP considerada foi de 50 metros, compreendendo toda a área do terreno.

Do modo que foi concebido o anteprojeto arquitetônico, com a impermeabilização e supressão significativa de vegetação, este não propiciava a manutenção dos serviços ecológicos da APP. Por exemplo, a instalação de asfalto fresado nos pátios de trânsitos de veículos provocaria, concomitantemente, a retirada de árvores e impermeabilização, além de ter alto potencial de liberação de partículas devido às características do revestimento. Por outro lado, embora não conste no anteprojeto, o sistema de drenagem e escoamento de água de chuva do empreendimento também poderia provocar impactos negativos no curso d’água e sua respectiva APP.





Figura 01. Vista área do terreno em análise (polígono em amarelo)



Figura 02. Sistema de drenagem desativado



Figura 03. Córrego gerador de APP de 30 metros



Figura 04. Nascente encontrada na proximidade com o córrego



Figura 05. Nascente encontrada próximo a calha do córrego



Figura 06. Outra nascente encontrada na imediação do terreno em análise

Figura 4: Delimitação da área de intervenção e registro fotográfico observado no PT 2549/16 - GELIN/SMMA, com delimitação do terreno analisado em “a”, retratando a situação do local em “b” e “c” e indicação de 3 nascentes na vistoria realizada em 2016 em “d” a “f” (Fonte: PT 2549/16- GELIN/SMMA).





Figura 1. Vista aérea da localização do empreendimento e parte da área de preservação permanente (vegetação no entorno do córrego).



Figura 2. Área do córrego com parte da Área de Preservação Permanente



Figura 3. Presença de entulhos no leito do córrego

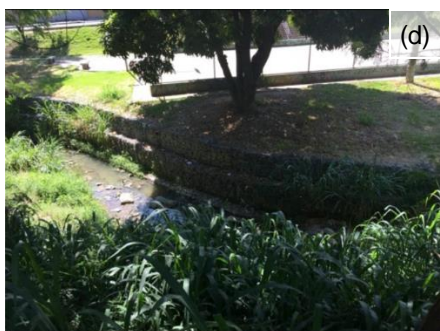


Figura 4. Parte do córrego que recebeu tratamento tipo gabião



Figura 5. Presença de entulhos e resíduos da APP



Figura 6. Unidade provisória de recebimento de resíduos, em terreno particular

Figura 5: Indicação da área de intervenção e registro fotográfico observado no PT 1523/15 - GELIN/SMMA, retratando a situação do local na vistoria realizada em 2015 (Fonte: PT 1535/15 - GELIN/SMMA).

Ademais, existe a possibilidade de interferência indireta pelo carreamento de particulados e resíduos para o corpo hídrico, devido à proximidade com o córrego e ausência qualquer sistema ou estrutura que evite este potencial poluidor. Dessa forma, após reunião realizada com técnicos da SUDECAP e da SMMA, foi solicitada a readequação do projeto, visando minimizar os impactos advindos da implantação do empreendimento.

Posteriormente após discussão do significativo impacto na APP foram efetuadas readequações e apresentada nova proposta de anteprojeto, readequado com redução de área ocupada para 622,4m², ou seja 34,07% da proposta original, onde houve uma significativa redução da ocupação, com efeitos na redução de impactos ambientais, entendendo também que a gestão de resíduos como utilidade pública, balizando-se no Art. 8º (para intervenção em APP) e no art. 3º, inciso VIII e alínea b) (considerando como utilidade pública) da Lei 12.651/12 modificada pela lei 12.727/12.

Dessa forma, diante do cenário apresentado pelo anteprojeto de arquitetura, que atendeu as premissas de preservação intervenção propostas pela SMMA, e por ter potencial para a melhoria da qualidade ambiental do terreno e seu entorno entendeu-se que a presente proposição era viável de aprovação. No entanto, existiam pontos que deveriam ser complementados, com destaque para:

a) Recomposição vegetação da área: devido a dominância de leucenas na área, fazia necessário a apresentação de um projeto de revegetação com mudas de espécies nativas e



adaptadas para composição de matas ciliares.

b) Apresentação de projeto de drenagem da área de intervenção para redução de impactos no lançamento em perfis do solo com a APP.

O exposto no parecer 2549/16 do ponto de vista técnico ambiental, foi favorável à instalação da Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes (URPV), mesmo estando inserida em Área de Preservação Permanente, segundo o Novo Código Florestal Lei 12.651/12 (modificado pela Lei 12.727/12), porque consideraram como Utilidade Pública, por este motivo permitiram a ocupação da APP, relatando que o empreendimento teria o potencial de melhorar a qualidade ambiental do local, com efeito positivo nos recursos hídricos do entorno. A concessão de Autorização para Intervenção em APP ficou condicionada ao atendimento de diretrizes ambientais (**Figura 6**).

ANEXO I

DIRETRIZES PARA INTERVENÇÃO EM APP

Diretrizes para Intervenção em Área de Preservação Permanente, segundo o Novo Código Florestal Lei 12.651/12 (modificado pela Lei 12.727/12), em terreno indiviso localizado na rua Edgar Torres com avenida Coronel Manoel Assunção, para instalação de Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes (URPV).

ITEM	CONDICIONANTES	PRAZO
1	Apresentar projeto de Plantio de espécies arbóreas na área de APP e recomposição da vegetação na área do empreendimento - utilizar as recomendações para plantio de recuperação de APP (ver ANEXO II).	Antes do início das obras.
2	Execução do projeto de Plantio de espécies arbóreas na área de APP e recomposição da vegetação na área do empreendimento.	Durante as obras
3	Solicitar autorização prévia da SMMA para qualquer intervenção proposta de retirada ou supressão da vegetação.	Durante as obras
4	Apresentação de projeto de drenagem da área de intervenção para redução de impactos no lançamento em perfis do solo com a APP	Antes do início das obras.
5	Execução do projeto de drenagem da área de intervenção para redução de impactos no lançamento em perfis do solo com a APP	Durante as obras

Nota 1 - Diretrizes para execução das obras:

- Remover todos os materiais excedentes: areia, sacos de papel, pregos, madeiras, ferramentas e outros, após a finalização das obras.
- Dispor vasilhame para recolher resíduos de obras, materiais granulares, aparas, refugos ou lixo pessoal.
- Adotar medidas para impedir a erosão ou assoreamento assim como para evitar/minimizar a dispersão de poeira, lama e carreamento de sedimentos.

Figura 6: Condicionantes para intervenção em APP (Fonte: Cadastro SMMA - PT 2549/16).

Desta forma, a Conselheira Titular do COMAM na época, apresentou na reunião ordinária realizada em 26/10/2016, em conformidade com o apresentado no parecer Técnico PT2549/16 que a instalação da URPV possibilitaria a melhoria da preservação da APP, sobretudo, com a recomposição da vegetação na porção do terreno que não será ocupada com a unidade de coleta



de resíduos, votando pelo deferimento desde que atendida as condicionantes apresentadas no PT 2549/16 (**Figura 6 e 7**).

Dessa forma, diante do cenário apresentado pelo anteprojeto de arquitetura, que atendeu as premissas de intervenção propostas pela SMMA, e por ter potencial para a melhoria da qualidade ambiental do terreno e seu entorno, a GELIN/SMMA entendem que a presente proposição é viável de aprovação. No entanto ainda existem pontos que devem ser complementados, com destaque para:

a) Recomposição vegetação da área: devido à dominância de leucenas na área, faz-se necessário a apresentação de um projeto de revegetação com mudas de espécies nativas e adaptadas para composição de matas ciliares.

b) Apresentação de projeto de drenagem da área de intervenção para redução de impactos no lançamento em perfis do solo com a APP.

IV - CONCLUSÃO

Do ponto de vista técnico ambiental, o Parecer Técnico GELIN/SMMA Nº 2549/2016 foi favorável à instalação de uma Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes (URPV), mesmo estando inserida em Área de Preservação Permanente. A equipe técnica se baseou, dentre outras análises, no Novo Código Florestal Lei 12.651/12 (modificado pela Lei 12727/12), para considerar a URPV como obra de Utilidade Pública, o que permite a ocupação de APP. Consideraram, ainda, que o empreendimento tem potencial de melhorar a qualidade ambiental do local, com efeito positivo nos recursos hídricos do entorno. A concessão de Autorização para Intervenção em APP, no entanto, está condicionada ao atendimento de diretrizes (ver anexos).

Desta forma, acompanho o Parecer Técnico GELIN/SMMA Nº 2549/20 e voto pelo **deferimento** da solicitação, desde que sejam adotadas as condicionantes listadas nos Anexos I e II do parecer.

Salvo melhor juízo, este é o relato que submeto à apreciação do COMAM.

Belo Horizonte, 25 de outubro de 2016



Silvia Maria Alves Corrêa Oliveira

Conselheira Titular do COMAM - Representante da UFMG

Figura 7: Conclusão do Relato da Conselheira ao COMAM que votou pelo deferimento na época (Fonte: Cadastro SMMA 24766/16).

Do contexto atual da análise

As fotos da **Figura 8a a 8c**, retratam a situação atual das margens do curso d'água e do local de acesso a URPV, e nas fotos da **Figuras 8d a 8f** retratam a modificação do local entre os anos de 2019 e 2014, ilustrando um controle da vegetação rasteira (gramíneas invasoras) e cercamento do acesso da área solicitada para intervenção.





Figura 8: Em “a” a “c” retratam situação da área em maio de 2021, em “d” e “e” retratam situação da área em junho de 2019, em “f” retrata situação da área em janeiro de 2019, em “g” retrata situação da área em julho de 2018 e em “h” retrata situação da área em abril de 2014 (Fonte: Street View – Google Earth).

Observa-se também nas fotos da **Figuras 9a a 9h**, o efeito das gramíneas invasoras ao longo do tempo (2021 – 2014), no espaço público utilizado pela comunidade do lado oposto à URPV



projetada e a situação da APP na outra esquina da mesma quadra (**Figura 10a e 10b**).



Figura 9: Em “a” e “b” retratam situação da área em maio de 2021, em “c” e “d” retratam situação da área em janeiro de 2019, em “e” e “f” retratam situação da área em agosto de 2019 e em “g” e “h” retratam situação da área em abril de 2014 (Fonte: Street View – Google Earth).





Figura 10: Em “a” e “b” retratam situação no final da quadra em agosto de 2019 (Fonte: Street View – Google Earth).

A **Figura 11** e **12** ilustram que não há mais a Unidade provisória Recebimento de Resíduos em área particular no lado oposto da rotatória conforme indicado da **Figura 3**, retratada no parecer PT 1523/15 - GELIN/SMMA, estando o local cercado sem a presença de resíduos.



Figura 11: Em “a” retrata situação da área particular que havia deposição de rejeitos/entulhos em maio de 2021, “b” junho de 2019, “c” novembro de 2018, “d” maio de 2017, ambos sem deposição de resíduos, excetuando a deposição de entulho no terreno solicitado para URPV em “d”, por fim, em “e” e “f” situação da área em abril de 2014, onde havia deposição de resíduos/ entulhos (Fonte: Street View – Google Earth)





Figura 12: Em “a” retrata situação da região em julho de 2021, sem deposição de resíduo e em “b” situação da região em maio de 2008, com deposição de resíduo na área particular destacada por elipse vermelha e com a presença da área de laser no local, considerando esta última como consolidada (Fonte: Google Earth).



Deve ser considerado que houve um acórdão DJe em 13/08/2019 onde o STF votou a inconstitucionalidade do uso do termo gestão de resíduo sólidos como utilidade pública, no art. 3º, inciso VIII e alínea b) da Lei 12.651/12 modificada pela lei 12.727/12. A ADI4903 está disponível no **anexo I**, sendo que sua aplicação inviabiliza a implantação da URPV.

Foi disponibilizado o projeto da no documento 08576/21 que apresenta a proposta de implantação do projeto (**Figura 13**), diante do exposto, este técnico posiciona-se desfavorável à renovação para aprovação da licença de intervenção em APP para implantação da URPV, considerando:

- O pequeno espaço que ficará disponível no local para implantação fora da APP hídrica (**Figura 14**), sem mencionar a nascente indicada nos pareceres anteriores que englobariam toda a área e o risco de contaminação do lençol freático, risco associado a escavações e risco de inundação (**Figura 15**);

- Considerando que não é especificado os tipos de resíduos que poderão ser descartados neste local e nem o tipo de tratamento que será dado a estes resíduos, que mediante a falta de tratamento poderá atrair vetores de doenças para o local;

- Considerando que a utilização de uma URPV no local poderá incorrer em desconforto de odores a todos os moradores vizinho a URPV, assim como o espaço público utilizado pelos moradores do outro lado do curso d'água, pois não é especificado o tipo de resíduo e tratamento que será adotado no local;

- Considerando que o lote é indiviso, ou seja, não houve parcelamento no local, desta forma não se pode aplicar outros entendimentos legais, tais como:

- De imóvel parcelado em momento anterior a 20/07/1989, data da entrada em vigor da Lei nº 7.803/89, que instituiu o conceito a APP Urbana, não se aplicando a autorização da intervenção com base no Parecer Classificado nº 9596/10 da PGM.
- Da hipótese prevista no art. 8º, da Lei 12.651/12 de autorização por baixo impacto ambiental, conforme DN COPAM nº 236/19 - Hipótese de intervenção de baixo impacto ambiental (art. 1º, IX), caso que o parcelamento deveria ter sido aprovado até 22/07/2008.



- No caso de baixo impacto ambiental somente poderão ser autorizadas as atividades elencadas no art. 1º da DN COPAM nº 236 e quanto à URPV, se for considerada uma edificação, poderá ser autorizada com fundamento no inciso IX da referida DN, todavia trata-se de terreno indiviso sem estas possibilidades de interpretação.

- Considerando que não existe mais deposição de resíduos no local e nem na área particular, onde não foi apresentado um plano para drenagem local, sendo recomendável ainda ao responsável pela área, fazer a recuperação de toda a APP e mantê-la cercada, conforme disposto na Lei Federal nº 12.651/12 (Art. 7º).

Entretanto como já houve parecer favorável a implantação, recomenda-se o encaminhamento para à AJU-SMMA para que seja elaborado parecer jurídico para o prosseguimento da análise.

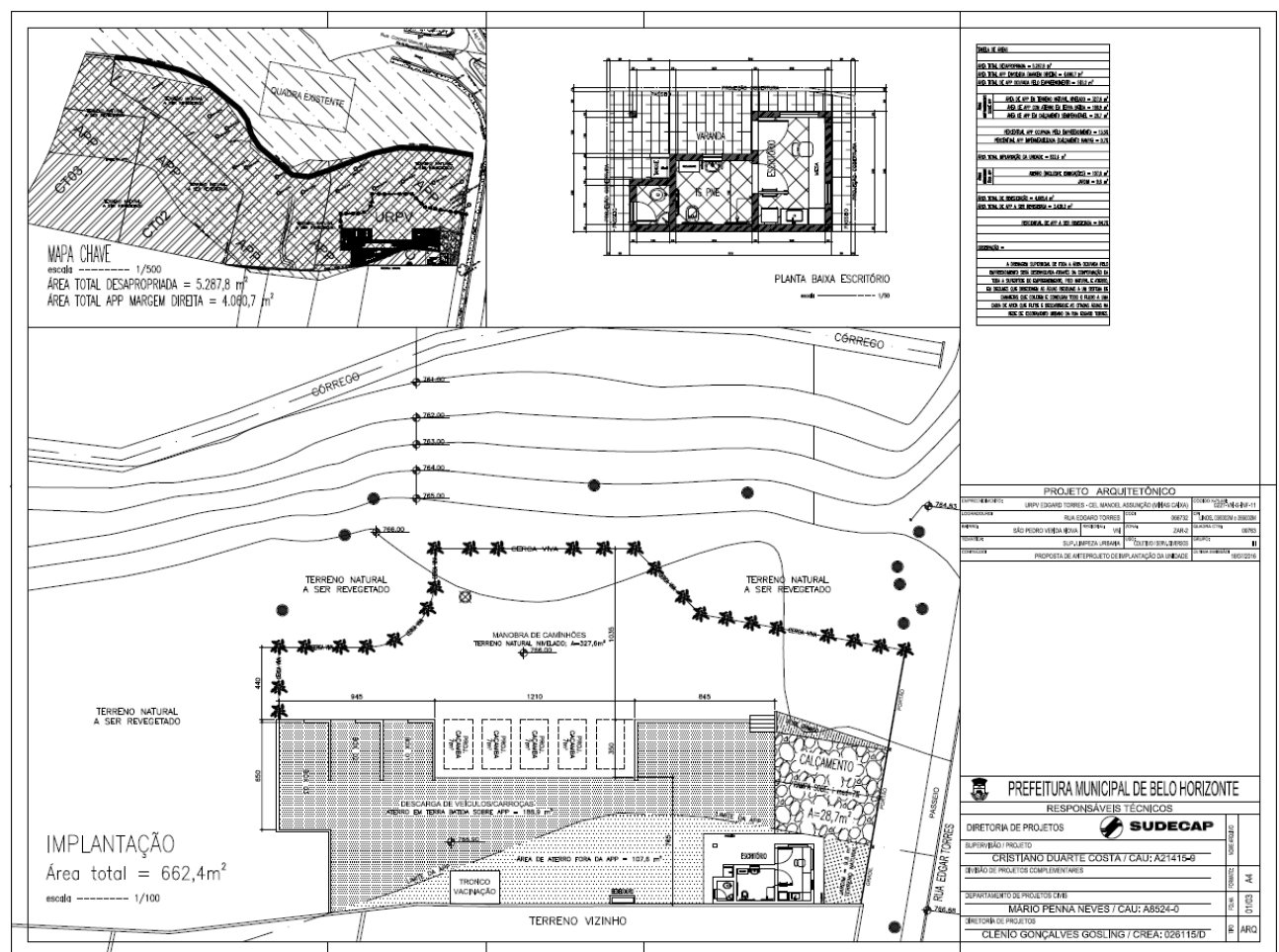


Figura 13: Projeto atual da URPV Edgar Torres.

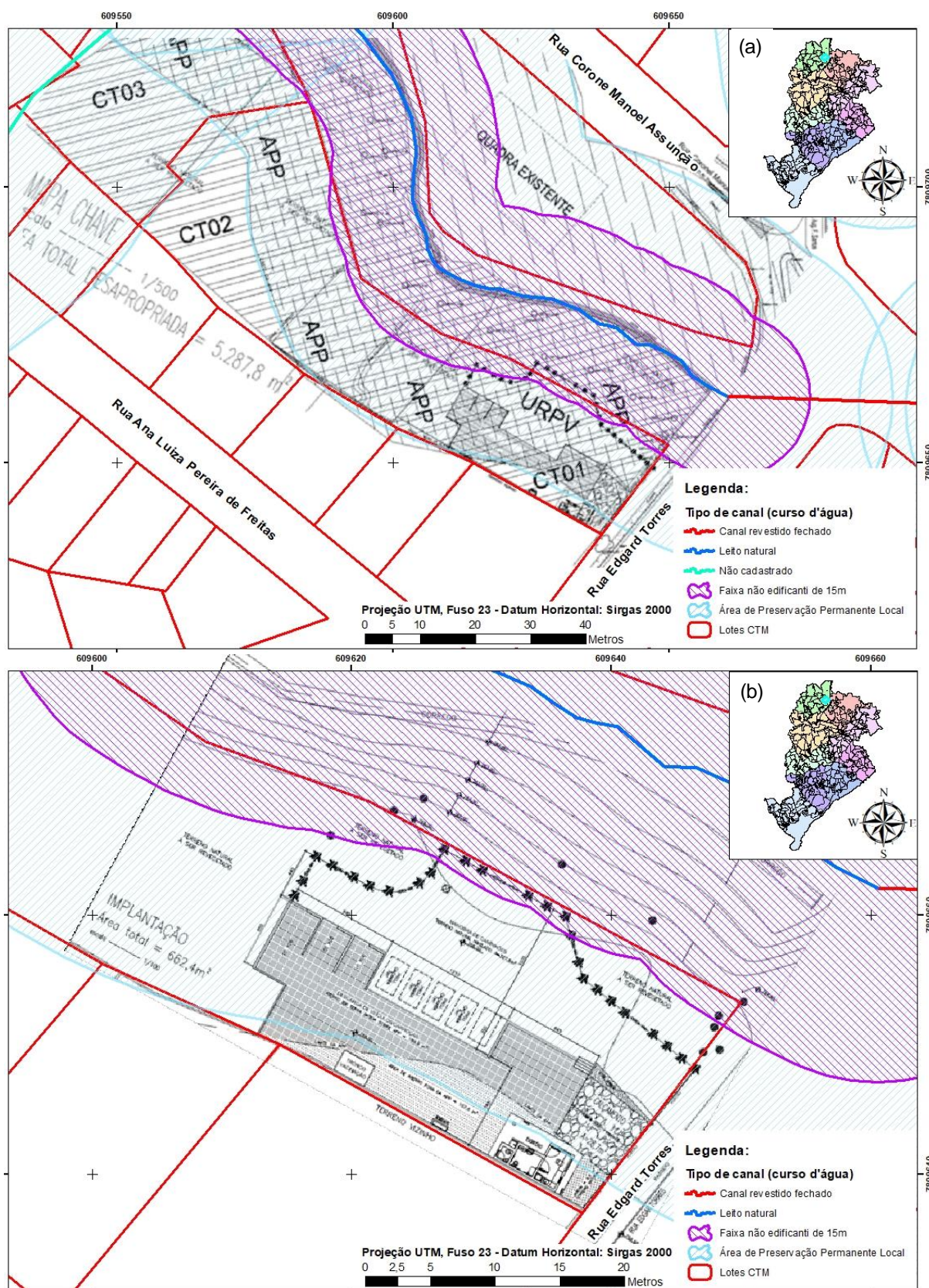


Figura 14: Projeto atual da URPV, avaliando a faixa não edificante e o pequeno espaço fora da APP hídrica, sem contabilizar a APP de nascente citada nos pareceres anteriores que indicam presença de nascente que englobariam todo o terreno.

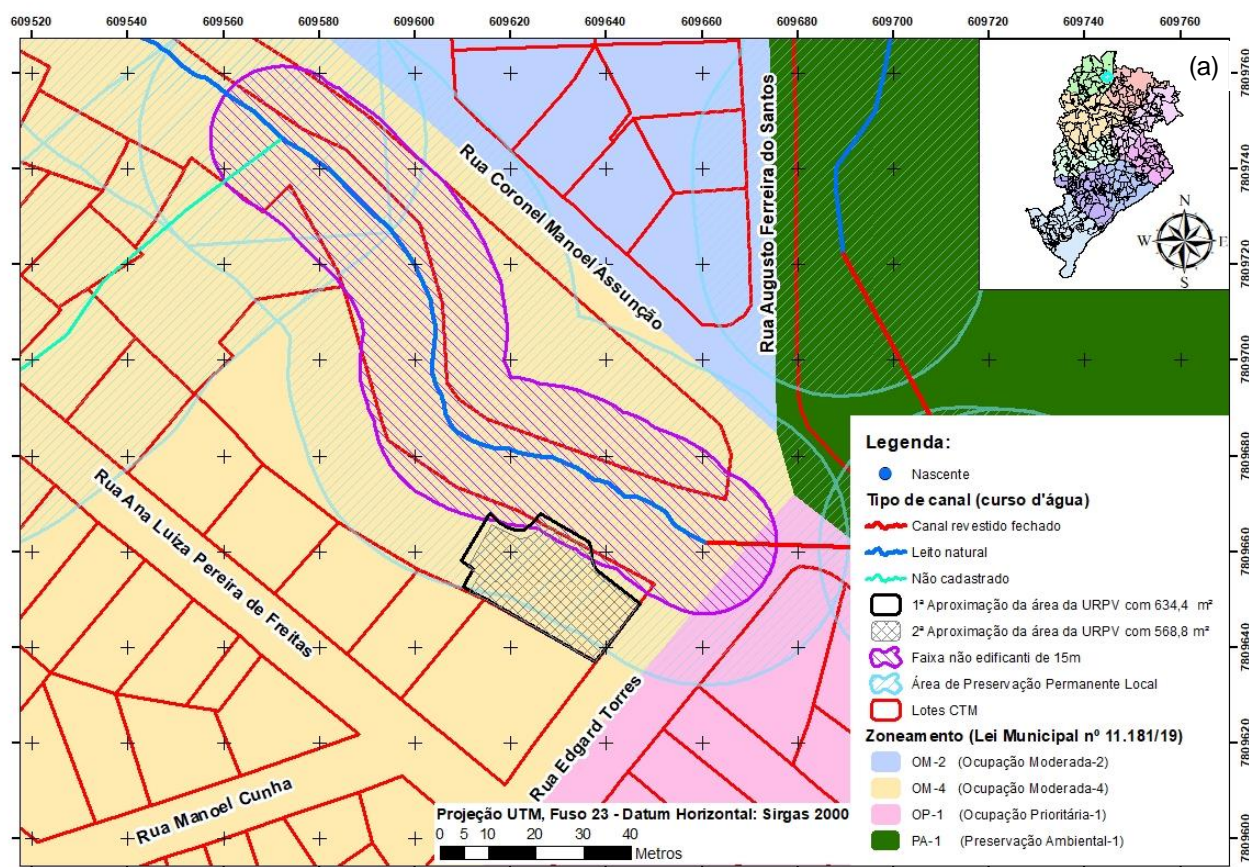


Figura 15: Indicação de 3 níveis de risco de Inundação e Pequena área útil fora da APP, sem considerar as APP's de nascentes citadas nos PTs 1523/15 e 2549/16, que indicavam nascentes que englobariam toda a área.

Conclusão

Foi observado todo o contexto histórico que aprovou a licença para a implantação da URPV no local solicitado pelo Requerente, entretanto devido a mudanças na legislação, não se pode considerar a possibilidade de implantação deste tipo de empreendimento no local, já que a ADI 4903 (**Anexo I**) foi votada pelo STF. Tal votação, resultou na impossibilidade de renovação da autorização de intervenção em APP solicitada pelo Requerente, devido a inconstitucionalidade da inclusão do termo gestão de resíduo no art 3º,(...) VIII (...), e não encontrando outra legislação que possibilite tal implantação, devido o terreno ser indiviso, ou seja, não faz parte de um parcelamento antigo e aprovado. Entretanto, como já houve aprovação anteriormente pelo COMAM em 2016, recomenda-se que à AJU-SMMA elabore parecer jurídico para o prosseguimento e conclusão da análise deste parecer técnico.

Luciano Teixeira de Oliveira
Eng. Florestal – BM 127206-1
GELIN/DLAM/SMMA

Ciente:

Rúthelis Pinhati Júnior – BM. 79.668-2
Gerente da Gerência de Licenciamento de Infraestrutura

Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni - BM. 74.173-X
Diretor da Diretoria de Licenciamento Ambiental



ANEXO I**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (Med. Liminar) - 4903**

Origem: **DISTRITO FEDERAL** Entrada no STF: **21-Jan-2013**
Relator: **MINISTRO LUIZ FUX** Distribuído: **21-Jan-2013**
Partes: Requerente: **PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA (CF 103,0VI)**
Requerido: **PRESIDENTE DA REPÚBLICA, CONGRESSO NACIONAL**

Dispositivo Legal Questionado

As expressões "gestação de resíduos" e "instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais" da alínea "b" do inciso VIII do art. 003º, e o parágrafo único; art. 004º, §§ 001º, 004º e 006º; art. 008º, § 002º; as expressões "de 30 (trinta) metros e máxima" e "de 15 (metros) metros e máxima, que constam do art. 005º; art. 062, todos da Lei nº 12651, de 25 de maio de 2012.

Conferida interpretação conforme a Constituição ao art. 003º, VIII e 0IX, no sentido de que em todas as hipóteses de intervenção excepcional em APP por interesse social ou utilidade pública previstas exemplificativamente nos incisos VIII e 0IX do art.003º sejam condicionadas à inexistência de alternativa técnica ou locacional, comprovada mediante processo administrativo próprio, conforme alínea "e" do inciso VIII e alínea "g" do inciso 0IX; XIX do art. 003º, conforme a Constituição ao referido dispositivo para que o termo "leito regular" seja compreendido como "leito maior", na forma anteriormente prevista na legislação e, por fim; art. 003º, XVII e ao art. 004º, 0IV, para que abranja a proteção das nascentes e olhos d'água intermitentes e das nascentes, ainda que não deem origem a curso d'água ou que não tenham origem no afloramento do lençol freático; § 005º do art. 004º, no sentido de que seja aplicado somente para comunidades tradicionais (vazanteiros), sendo ainda reconhecido que tal intervenção excepcional se justifica tão somente em virtude da importância dessa atividade para a manutenção material e cultural dessas comunidades; art. 004º III, para que se reconheça que, quanto às áreas de preservação permanente dos reservatórios artificiais, deverão ser observados os padrões mínimos de proteção estabelecidos pelo órgão federal competente, qual seja, o Conselho 42 Nacional de Meio Ambiente; art. 011, para que seja admitido nas áreas com inclinação entre 25º e 45º apenas o manejo florestal sustentável, tal como previsto no regime anterior; todos da Lei nº 12651, de 25 de maio de 2012.

Lei nº 12651, de 25 de maio de 2012

Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6938, de 31 de agosto de 1981, 9393, de 19 de dezembro de 1996, e 11428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4771, de 15 de setembro de 1965, e 7754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Art. 003º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

(...)

VIII - utilidade pública:

(...)

b) as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte, sistema viário, inclusive aquele necessário aos parcelamentos de solo urbano aprovados pelos Municípios, saneamento, gestão de resíduos, energia, telecomunicações, radiodifusão, instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais, bem como mineração, exceto, neste último caso, a extração de areia, argila, saibro e cascalho;

(...)

0IX - interesse social:

a) as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas;

b) a exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e não prejudique a função ambiental da área;



c) a implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre em áreas urbanas e rurais consolidadas, observadas as condições estabelecidas nesta Lei;

d) a regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas consolidadas, observadas as condições estabelecidas na Lei nº 11977, de 7 de julho de 2009;

e) implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados para projetos cujos recursos hídricos são partes integrantes e essenciais da atividade;

f) as atividades de pesquisa e extração de areia, argila, saibro e cascalho, outorgadas pela autoridade competente;

g) outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional à atividade proposta, definidas em ato do Chefe do Poder Executivo federal;

(...)

XVII - nascente: afloramento natural do lençol freático que apresenta perenidade e dá início a um curso d'água;

(...)

XIX - leito regular: a calha por onde correm regularmente as águas do curso d'água durante o ano;

Parágrafo único - Para os fins desta Lei, estende-se o tratamento dispensado aos imóveis a que se refere o inciso 00V deste artigo às propriedades e posses rurais com até 4 (quatro) módulos fiscais que desenvolvam atividades agrossilvipastoris, bem como às terras indígenas demarcadas e às demais áreas tituladas de povos e comunidades tradicionais que façam uso coletivo do seu território.

Art. 004º - Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

(...)

III - as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento; (Incluído pela Lei nº 12727, de 2012).

0IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros; (Redação dada pela Lei nº 12727, de 2012).

(...)

§ 001º - Não será exigida Área de Preservação Permanente no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais. (Redação dada pela Lei nº 12727, de 2012).

§ 004º - Nas acumulações naturais ou artificiais de água com superfície inferior a 1 (um) hectare, fica dispensada a reserva da faixa de proteção prevista nos incisos 0II e III do caput, vedada nova supressão de áreas de vegetação nativa, salvo autorização do órgão ambiental competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama. (Redação dada pela Lei nº 12727, de 2012).

§ 005º - É admitido, para a pequena propriedade ou posse rural familiar, de que trata o inciso 00V do art. 003º desta Lei, o plantio de culturas temporárias e sazonais de vazante de ciclo curto na faixa de terra que fica exposta no período de vazante dos rios ou lagos, desde que não implique supressão de novas áreas de vegetação nativa, seja conservada a qualidade da água e do solo e seja protegida a fauna silvestre.

§ 006º - Nos imóveis rurais com até 15 (quinze) módulos fiscais, é admitida, nas áreas de que tratam os incisos 00I e 0II do caput deste artigo, a prática da aquicultura e a infraestrutura física diretamente a ela associada, desde que:

Art. 005º - Na implantação de reservatório d'água artificial destinado a geração de energia ou abastecimento público, é obrigatória a aquisição, desapropriação ou instituição de servidão administrativa pelo empreendedor das Áreas de Preservação Permanente criadas em seu entorno, conforme estabelecido no licenciamento ambiental, observando-se a faixa mínima de 30 (trinta) metros e máxima de 100 (cem) metros em área rural, e a faixa mínima de 15 (quinze) metros e máxima de 30 (trinta) metros em área urbana. (Redação dada pela Lei nº 12727, de 2012).

Art. 008º - A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei.

(...)



§ 002º - A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente de que tratam os incisos OVI e VII do caput do art. 004º poderá ser autorizada, excepcionalmente, em locais onde a função ecológica do manguezal esteja comprometida, para execução de obras habitacionais e de urbanização, inseridas em projetos de regularização fundiária de interesse social, em áreas urbanas consolidadas ocupadas por população de baixa renda.

Art. 011 - Em áreas de inclinação entre 25º e 45º, serão permitidos o manejo florestal sustentável e o exercício de atividades agrossilvipastoris, bem como a manutenção da infraestrutura física associada ao desenvolvimento das atividades, observadas boas práticas agrônômicas, sendo vedada a conversão de novas áreas, excetuadas as hipóteses de utilidade pública e interesse social.

Art. 062 - Para os reservatórios artificiais de água destinados a geração de energia ou abastecimento público que foram registrados ou tiveram seus contratos de concessão ou autorização assinados anteriormente à Medida Provisória nº 2166-67, de 24 de agosto de 2001, a faixa da Área de Preservação Permanente será a distância entre o nível máximo operativo normal e a cota máxima maximorum.

Fundamentação Constitucional

- Art. 005º, caput
- Art. 186, 00I e 0II
- Art. 225

Resultado da Liminar

Prejudicada

Resultado Final

Procedente em Parte

Decisão Final

Após o relatório e as sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello, e, participando do seminário anual denominado Global Constitutionalism, na Universidade de Yale/EUA, o Ministro Roberto Barroso. Falaram: pelo requerente, Procurador-Geral da República, o Dr. Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, Vice-Procurador-Geral Eleitoral; pelo Presidente da República e pelo Congresso Nacional, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Advogada-Geral da União; pelos amici curiae Instituto Socioambiental - ISA, Rede de Organizações Não-Governamentais da Mata Atlântica - RMA, MATER NATURA - Instituto de Estudos Ambientais e Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA, o Dr. Mauricio Guetta; pelos amici curiae Terra de Direitos, Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE e Núcleo Amigos da Terra Brasil, o Dr. Carlos Frederico Marés de Souza Filho; pelo amicus curiae Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, o Dr. Leonardo Papp; pelo amicus curiae Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE, o Dr. Marçal Justen Filho; e, pelo amicus curiae Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica - ABCE, a Dra. Paula Suzanna Amaral Mello. Presidência da Ministra Cármen Lúcia.

- Plenário, 14.9.2017.

Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), julgando parcialmente procedente a ação direta, tão somente para declarar a inconstitucionalidade das expressões "gestão de resíduos" e "instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais e internacionais", contidas nos art. 3º, VIII, b; das expressões "demarcadas" e "tituladas", contidas no art. 3º, parágrafo único; e da expressão "realizada após 22 de julho de 2008", contida nos arts. 7º, § 3º, e 17, caput e § 3º, todos da Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal), pediu vista antecipada dos autos a Ministra Cármen Lúcia (Presidente). Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski.

- Plenário, 8.11.2017.



Após os votos dos Ministros Marco Aurélio e Cármen Lúcia (Presidente), julgando parcialmente procedente a ação, nos termos de seus votos, o julgamento foi suspenso.
- Plenário, 21.2.2018.

O Tribunal, nos termos do voto do Relator, ora reajustado, julgou parcialmente procedente a ação, para: i) por maioria, vencidos os Ministros Edson Fachin e Gilmar Mendes, e, em parte, o Ministro Alexandre de Moraes, declarar a inconstitucionalidade das expressões "gestão de resíduos" e "instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais", contidas no art. 3º, VIII, b, da Lei 12.651/2012 (Código Florestal); ii) por maioria, dar interpretação conforme a Constituição ao art. 3º, VIII e IX, do Código Florestal, de modo a se condicionar a intervenção excepcional em APP, por interesse social ou utilidade pública, à inexistência de alternativa técnica e/ou locacional à atividade proposta, vencidos, em parte, os Ministros Gilmar Mendes e Celso de Mello; iii) por maioria, vencidos os Ministros Gilmar Mendes, e, em parte, a Ministra Cármen Lúcia (Presidente), dar interpretação conforme a Constituição ao art. 3º, XVII, do Código Florestal, para fixar a interpretação de que os entornos das nascentes e dos olhos d'água intermitentes configuram área de preservação permanente; iv) por maioria, reconhecer a constitucionalidade do art. 3º, XIX, do Código Florestal, vencidos, em parte, os Ministros Cármen Lúcia (Presidente) e Ricardo Lewandowski, que declaravam inconstitucional, por arrastamento, o art. 4º, I, do Código Florestal; v) por maioria, vencidos os Ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, declarar a inconstitucionalidade das expressões "demarcadas" e "tituladas", contidas no art. 3º, parágrafo único, do Código Florestal; vi) por unanimidade, reconhecer a constitucionalidade do art. 4º, III, do Código Florestal; vii) por maioria, dar interpretação conforme ao art. 4º, IV, do Código Florestal, para fixar a interpretação de que os entornos das nascentes e dos olhos d'água intermitentes configuram área de preservação ambiental, vencidos o Ministro Gilmar Mendes e, em parte, os Ministros Marco Aurélio e Cármen Lúcia (Presidente); viii) por maioria, vencidos os Ministros Cármen Lúcia (Presidente) e Ricardo Lewandowski, reconhecer a constitucionalidade do art. 4º, §1º, do Código Florestal; ix) por maioria, vencidos os Ministros Cármen Lúcia (Presidente) e Ricardo Lewandowski, reconhecer a constitucionalidade do art. 4º, § 4º, do Código Florestal; x) por unanimidade, reconhecer a constitucionalidade do art. 4º, § 5º, do Código Florestal; xi) por unanimidade, reconhecer a constitucionalidade do art. 4º, § 6º, e incisos, do Código Florestal; xii) por maioria, vencidos, em parte, os Ministros Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski, o Tribunal reconheceu a constitucionalidade do art. 5º do Código Florestal; xiii) por unanimidade, reconhecer a constitucionalidade do art. 8º, § 2º, do Código Florestal; xiv) por maioria, vencidos, em parte, os Ministros Cármen Lúcia (Presidente) e Ricardo Lewandowski, reconhecer a constitucionalidade do art. 11 do Código Florestal; xv) por maioria, vencidos os Ministros Relator, Marco Aurélio, Edson Fachin, Roberto Barroso e Ricardo Lewandowski, reconhecer a constitucionalidade do art. 17, § 3º, do Código Florestal; xvi) por unanimidade, julgou constitucional o art. 62 do Código Florestal.
- Plenário, 28.2.2018.
- Acórdão, DJe 13.08.2019.

Data de Julgamento Final

Plenário

Data de Publicação da Decisão Final

Acórdão, DJe 13.08.2019

